

AGPTEA

ANO XXVII - Nº 51

Porto Alegre - RS

Edição Bimestral

Dezembro 96

Gestão 96/99

IMPRESSO

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA

Fundada em 02/07/69 - Av. Desembargador André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

PROJETO DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA MOFA NAS GAVETAS DO GOVERNO DO ESTADO



O presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado (RS), Deputado Rubens Pillar, recebeu em seu gabinete a diretoria da AGPTEA, Nelmo, Rudi, Ilha, Jader, Hilário Calvete e Santim que foram levar as preocupações da entidade com relação ao ensino agrícola de nosso Estado.

O Projeto de Lei que visa mudar a administração do ensino técnico no Rio Grande do Sul mofa na gaveta do Governador Antônio Britto. O ante-projeto elaborado por uma comissão formada por entidades governamental e não-governamental, no ano passado, mesmo sem uma consulta mais ampla a comunidade escolar agrícola, sugeriu a formação de uma fundação que buscaria parceria com a iniciativa privada. Segundo o estudo este projeto traria autonomia de gerenciamento nas escolas técnicas.

A indecisão do governo em remeter o projeto para Assembleia Legislativa apreciar, é em virtude da falta de uma definição, entre uma fundação ou uma superintendência.

A Diretoria da AGPTEA foi buscar junto ao Presidente da Comissão de Educação da Assembleia, Deputado Rubens Pillar, o apoio no sentido de discutir o projeto com a categoria antes de ser levado a plenário para votação. Pillar garantiu para os professores que intermediaria junto ao governador uma breve definição. O Presidente da AGPTEA, Antônio Ilha, disse que a demora traz intranquilidade para a comunidade do ensino rural, que está apreensiva. Na oportunidade, também foi apresentado as conclusões do I Encontro Sulbrasilense e XI Encontro Estadual de Ensino Agrícola Realizado na Escola Agrícola de Guaporé (RS).

NESTA EDIÇÃO

* Ensino agrícola - o climax da decadência - Pág. 8

* Escolas agrícolas continuam na era da enxada - Pág. 6

* Técnico agrícola um gigante no campo - Pág. 4



A foto mostra o momento da abertura do encontro na cidade de Guaporé, realizado em outubro

**A morte da
competência**

Pág. 4

**Bastidores
Educação brasileira
ameaçada** Pág. 4

Iº Seminário Nacional de Ensino Agrícola

Os professores do Rio Grande do Sul foram representados no Iº SENAG, pelo presidente da AGPTEA, Antônio Ilha, no estado do Rio de Janeiro, no último mês de setembro. Na ocasião houve amplo debate sobre o caótico quadro do ensino agrícola no Brasil.

EDITORIAL

GOLPE ELEITORAL

Enquanto FHC viaja e busca a reeleição, o nosso País é jogado às traças. Diante de uma falsa estabilidade econômica, o desemprego no Brasil caminha a passos largos para o caos. Os micro e médio empresários estão fechando as portas, mas os banqueiros estão cada vez mais ricos.

As verbas para educação, saúde, segurança e agricultura estão cada vez mais escassas.

Enquanto isso o sociólogo e turista Presidente nega a suas teorias do passado e busca apoio nos partidos da direita para que seja aprovado o projeto de reeleição no qual, ele mesmo propôs, sem desincompatibilizar-se do governo, o que de certa forma é imoral.

A tão badalada reforma social e estrutural do País, na prática, não aparecem, e continuam apenas nos discursos de palanques e em vésperas de eleições.

O povo brasileiro tem que estar atento para as manobras políticas que visam enganar a população na ilusão de dias melhores.

O neoliberalismo em alta, e as propostas de venda do patrimônio público, sem uma consulta popular, é uma constante. E o Rio Grande do Sul tem se mantido na mesma linha.

Diante desses fatos ficaram ausentes a política agrária e social que venha contemplar todos os setores da sociedade.

Esperamos que o povo nas próximas eleições, dê o apoio aos políticos que não aliam o seu discurso a prática.

AGPTEA

Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola

fundada em 02/07/69 - Registrada sob o N° 5418 - CGC 90027848/0001-05
 Utilidade Pública D.O. 20/05/85 Proc. 584-12.00/85 - STAS 11102
 Av. André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - POA - RS - Brasil
 Fone: (051) 225-5748

SECRETARIA EXECUTIVA

- Presidente: Antônio Hêlvio de Souza Ilha
- Vice-Presidente Administrativo: Edni Almeida Jacondino
- Vice-Presidente Educacional: Anselmo Kuhn
- Vice-Presidente Financeiro: Imo Malta Guterres
- Secretário Geral: Antônio João Barbosa
- Primeiro Secretário: Dir Antônio Vicente
- Segundo Secretário: João Luiz Klein
- Primeiro Tesoureiro: Paulo Scaramussa

CONSELHO FISCAL

- Jader dos Santos Souza
- Rudi Von Saltiel
- Heitor Tomé da Rosa

Suplentes

- Bento Cláudio Pereira
- Vilson Antônio Arruda
- Jane Vieira da Cunha

CONSELHO CONSULTIVO

- Luiz Calvete Correa
- Inácio Gomes Moreira

Diagramação e projeto gráfico
 Wilson Arruda Fº e Letiano Ilha

HUMOR



AUTOFAGIA

Antônio Ilha

As escolas agrícolas irão terminar o ano numa incógnita em relação a 1997. Os diretores estão preocupados com a viabilização do funcionamento desses educandários, pois estão consumindo as suas reservas, suas matrizes e não há uma luz no fundo do tunel. Faltam professores nas áreas técnicas, funcionários e equipamentos agrários. Membros do próprio governo gaúcho sentem-se constringidos com a falta de definição do executivo.

O Brasil gasta 4,2% do PIB na educação, enquanto países como Japão gastam 14% do seu PIB neste setor. Se o presidente FHC, o viajante, reduzir em 30% os gastos de suas viagens de turismo, sobrarão verbas para equipar as escolas agrícolas com novas tecnologias. As escolas como a maioria da sociedade, estão num processo de autofagia, consumindo suas reservas, próximo a uma inanção total. O triste, disso tudo, é que nossas maiores empresas estatais estão à venda, patrimônio da nação. O governo estadual e federal foram eleitos para governar e melhorar o nível de vida da sociedade e não para fazerem negócios sem uma consulta popular de uma riqueza que pertence a toda sociedade. Vender estatais que beneficiam a população é igual a um produtor de leite que vive da produção desse produto, e resolve vender as suas vacas.

A Secretaria Estadual de Educação (SEC) está promovendo atividades com enfoque de desenvolver o otimismo nos professores, po-



O presidente da AGPTEA, Antônio Helvio Ilha está preocupado com o processo de autofagia do ensino agrícola

rém, é impossível atingir este patamar com os professores de bolsos vazios e, tendo que desenvolver, ainda, mil e uma atividades extra-classe para poder sobreviver. Não existirá países desenvolvidos sem investimento na educação e sem a valorização profissional.

Nosso governo estadual quer uma montadora de automóvel, porém, 70% de nossa população quer mesmo, uma montadora de feijão, arroz, leite, carne, alface, tomate, mel, frutas, trigo, soja e outras...

Participe das atividades da AGPTEA em prol do desenvolvimento do ensino agrícola em nosso país.

Sugestão

Muitos professores sócios da AGP-TEA entendem que a eleição para eleger a próxima diretoria da entidade deve ser realizada no encontro estadual, que antecede o pleito. Só assim teremos mais participação dos colegas.

Ridículo

Segundo informação extra-oficial do orçamento do RS prevê para o próximo ano (1997) uma média orçamentária de R\$ 80 mil para cada escola agrícola do estado, verba que não dá para fazer quase nada nas sucateadas instituições de ensino. Diferente do governador Antônio Britto o viajante FHC orçou as verbas para as escolas federais em dez vezes mais.

Diretor é cozinheiro

O diretor da Escola Estadual de Venâncio Aires (RS) está dando uma de cozinheiro nos fins de semana, para não deixar os seus alunos internos passarem fome. Contaram ao colunista, num bate papo reservado, que a esposa do diretor ajuda voluntariamente na cozinha.

Isto deve ser a parceria que o Governador prega aos quatro ventos do Rio Grande. Ajudar, e de graça.

Cara de pau I

Todo o governo tem assessores cara de pau. O nosso presidente, Antônio Ilha, foi convidado para participar de uma reunião dos diretores de escolas agrícolas com a SEC. É difícil de acreditar, mas um assessor chegou ao seu ouvido e disse quase susurrando: "Fale somente o que é bom para o governo, caso contrário fique quieto".

Wilson Arruda Fº

**Educação brasileira ameaçada**

Sob a ótica do projeto neoliberal o presidente Fernando Henrique Cardoso lança o "ano da educação" e reafirma um conjunto de reformas com o objetivo de fundo destruir o que há de qualidade e público do ensino no Brasil. Neste mesmo barco está Antônio Britto, governador do Rio Grande do Sul.

Os professores e estudantes brasileiros têm que se organizar para derrotar este projeto educacional que prevê cortes de verbas, promove o sucateamento do ensino e diminui o número de vagas nas escolas públicas, além do achatamento salarial do magistério, onde no Rio Grande do Sul o governador não cumpre a proposta de reajuste que o próprio elaborou, o que vem provocando um estado de miséria nos salários dos professores e funcionários de escolas.

No ensino técnico e tecnológico a situação é ainda pior, com o envio ao Congresso do Projeto de Reforma do Ensino Técnico, Fernando Henrique e o ministro da educação Paulo Renato de Souza fazem um verdadeiro desmonte dessas escolas, que em sua maioria já estão sucateadas.

Querem eles, separar o ensino técnico do ensino médio, modularizar os cursos e restringir o financiamento.

Enfim, querem fazer das escolas técnicas verdadeiros SENAIs e SENACs.

Cara de pau II

Se o colunista for autorizado pela fonte de informação, na próxima edição conta quem foi o assessor carinha de pau.

Superintendência

O projeto do governo do estado (RS), que pretende transformar o gerenciamento das escolas agrícolas em uma Superintendência, mofa nas gavetas do Palácio Piratini.

Este agravante mostra o desinteresse do governo com o ensino técnico.

Privatizar a fotossíntese

O governador Antônio Britto pretende privatizar a CRT, CEEE, CORSAN e outras instituições, inclusive tem a intenção de privatizar também a fotossíntese de todas as espécies vegetais no Rio Grande do Sul. Me contaram que o no edital, a ser publicado, consta que somente as empresas com capital estrangeiro podem participar do entreguismo.

Caos será em março

Com a decisão da Secretaria Estadual de Educação não prorrogar os contratos emergenciais de professores para o próximo ano a maioria das escolas agrícolas iniciará o ano letivo de 97 sem professores.

Iara ausente sempre

Incrível, mas a secretária Estadual de Educação Iara Wortmann esquivava-se de participar dos encontros do ensino técnico. E pior, não participa nem mesmo dos que a própria SEC organiza.

Universidade abate cordeiro aos 100 dias

Aos 50 dias de idade o cordeiro é retirado abruptamente de sua mãe, até o apronte

Sucursal Santa Maria

A produção de cordeiros para abate aos 100 dias de idade, pesando 30 quilos, vem sendo alcançada através de pesquisa realizada na Universidade Federal de Santa Maria - RS - BR. Dentro deste programa estão sendo aprontados em sistema de confinamento em 24 animais, entre machos e fêmeas, sob a coordenação do Diretor do Departamento de Zootecnia, Cleber Cassol Pires.

Ele explica que para atingir o peso ideal é neces-



Os cordeiros estão sendo abatidos aos 100 dias com 30 kg

sário uma boa alimentação.

O zootecnista observa que a silagem de milho é fornecida aos animais como base alimentar (massa),

acrescida de milho, farelo de soja e minerais. O concentrado é fornecido aos animais 2 vezes ao dia, às 8 h e às 15 horas. Juntos,

ovelha e cordeiro comem em média 3,5 quilos permitindo um ganho de peso de 200g/dia em cordeiros cruza das raças Ideal e textel.

Os animais, mesmo não apresentando sintomas de verminose, são dosificados e, após submetidos ao OPG (ovos/grama).

Conforme Pires, depois do nascimento o cordeiro é mantido em baias junto ao pé da mãe, incluindo a alimentação no cocho aos 10 dias de idade. Após 50 dias é desmamado e recebe concentrado de proteína.

Gerenciamento agrícola

A necessidade de mudar a forma de gerenciamento dos negócios na área rural para atingir melhores índices de qualidade e produtividade, é o principal aspecto abordado pelo consultor e instrutor da Associação Gaúcha para Qualidade Total, Pedro Bloss. "Caminhamos para a sociedade do conhecimento e é necessário que o produtor fique atento a velocidade com que este processo evolui".

Para ele é inadmissível que as lidas de campo sejam administradas com há 10 anos atrás. E, ainda, é necessário que haja trabalho coletivo, citando como modelo o Japão onde preponderam a disciplina e o desejo do aprendizado constante. Salientou também, que um bom gerenciamento pressupõe motivação e reeducação para o trabalho.

Já o consultor de empresas, especialista em Recursos Humanos do meio agrícola, Paulo Roberto Silveira Peres, alertou para a necessidade da utilização do equipamento de proteção adequado pelo homem. Citou que os agro-tóxicos trazem risco à saúde do trabalhador rural causando seqüelas nas gerações futuras.

MISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO

Os juros pagos pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul são maiores que seus investimentos na educação. A parcela que é paga, apenas de juros da dívida do Estado, para o sistema financeiro, e que foi ampliada com empréstimo para o Plano de Demissão Voluntário (PDV), é maior que os gastos anuais com a educação. É bom lembrar que 1995 foi, nos últimos dez anos, aquele em que menos se investiu em educação.

PENSE BEM

Será que a dívida do Estado e os juros deverão ser pagos, aos banqueiros, em detrimento dos investimentos para a educação?

SALÁRIO MISERÁVEL

As condições para investir na educação existem. Basta que o governo não olhe o ponto de vista apenas da despesa, mas também do ponto de vista da receita. É urgente que se recupere o salário. A nossa luta pauta juntamente com o CPERS/S na prioridade da valorização profissional, e por salários justos. Hoje não é mais possível sustentar a miséria que recebem tanto o professor quanto o funcionário de escola. O governo deve ser responsabilizado por aquilo que prometeu e não cumpriu.

SINDICALISMO

Governo do estado trata magistério com decaso

***Antônio Britto descumpra a política salarial que ele próprio implantou**

Vilson Arruda Fº

O movimento sindical no Rio Grande do Sul vem intensificando as lutas contra a política neo-liberal do presidente Fernan do Henrique Cardoso e do governador gaúcho Antônio Britto. O Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS/Sindicato - vem contrapondo ao avanço de um projeto político-econômico totalmente desfavorável ao funcionalismo e também a população.

A presidente do CPERS/S, Lúcia Camini salientou que os professores e os funcionários das escolas estaduais estão sem reposição salarial há quase um ano. "Embora o país se encontre numa situação de relativa estabilidade econômica, não existem perspectivas de desenvolvimento, ao contrário, o que se tem é uma forte recessão e o aumento do desemprego", observou. Os professores também reclamam



A presidente do CPERS/S, Lúcia Camini, critica o governo

quanto a questão dos salários, onde o governo gaúcho vem descumprindo a política salarial que ele próprio implantou: não pagou os 10% em janeiro, pelo fato do gatilho ter disparado em dezembro, alegando que "a lei tinha defeitos" e nem se pronunciou sobre o reajuste semestral de abril. Camini explicou ainda que em relação aos índices inflacionários, os servidores gaúchos ficaram sem receber a inflação do período de março a outubro de 1995, de 31,28% (ICV/Diesse) e 15,11% (IPC/IEPE) que segundo o governo, seria reposto posteriormente.

"O que se descortina em nível nacional e estadual é um caso crítico, que exige uma mobilização muito maior de toda

a classe trabalhadora", enfatizou Antônio Hélio Ilha, presidente da Associação Gaúcha de Professores de Ensino Agrícola - AGPTEA. Segundo ele, o Brasil e principalmente o estado do Rio Grande do Sul precisam de políticas voltadas para o setor educacional, principalmente o agrícola, que possibilite ao cidadão o seu desenvolvimento pleno, preparando-o para enfrentar o mundo do trabalho com todas as suas alterações, mas para isso é necessário que o professor tenha um salário digno para poder proporcionar as melhores condições de vida também para sua família, enquanto ele se dirige para a escola. "O governo do estado está massacrando o magistério gaúcho", finalizou Ilha.

Expointer 96: vendas de animais refletem a crise agrícola

Pelo segundo ano consecutivo, as vendas de animais na Expointer registram queda, no pior resultado da década. O quadro é a consequência da crise da atividade primária, como previam os expositores, dirigentes de associações e leiloeiros. "A pecuária já perdeu o espaço que tinha e não conseguiria mais fazer investimento do que poderia realmente aplicar", afirmou Hugo Paz, presidente da Federação da Agricultura do Estado.

Agroinformática- Os programas de computador foram muito procurados pelos agropecuaristas na Expointer.

Máquinas- O balanço das vendas de máquinas e implementos faturou cerca de R\$ 12 milhões.

Animais - Participaram na Expointer 4.167 animais, no entanto apenas cerca de mil foram vendidos.

Escolas - Dentre as escolas agrícolas do estado, somente a Federal Agrícola de Bento Gonçalves expôs seus produtos, as estaduais sucateadas não compareceram.

Cuiabá - Os alunos e professores da Escola Federal de Cuiabá visitaram a Expointer.

Arroz - Os orizicultores gaúchos aproveitaram a feira e gritaram pela falta de crédito e a ausência de uma política agrária. A área será reduzida em 30%, prevêem.

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

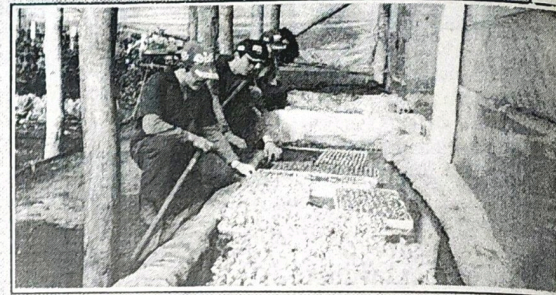
A emenda constitucional que cria o fundo para o ensino, aprovada pelo Senado no último dia 12 de setembro, é, mais uma vez, a desobrigação de determinada esfera governamental para outra, em vez de alternativa real para equacionar os principais problemas da educação. Apoiados nos argumentos da descentralização administrativa, maior participação popular, aumento salarial dos professores e combate ao desperdício de recursos na educação, o governo federal transfere sua responsabilidade para os municípios.

PENSE BEM

O que representaria para a educação pública a municipalização das escolas da rede estadual?

Quem foi ouvido para o governo tomar a decisão de municipalizar o ensino?

Técnico agrícola um gigante no campo



Reportagem local

O Técnico Agrícola é um profissional valorizado e respeitado em todo o Brasil. Responsável por 80% da assistência técnica do Rio Grande do Sul, constitui-se num "Gigante do Campo". Afinal, é este o profissional de confiança dos produtores, pois faz projetos, recomenda produtos, emite receiptários, muitos trabalham no magistério e fala a linguagem do homem do campo.

Conhecedor da realidade técnico-produtiva do meio rural, o técnico busca sua realização profissional junto com a promoção do bem estar da comunidade rural, bem como a elevação de seu padrão de vida. Pode ser descrito como um agente de transformação do meio rural, cuja característica marcante é sua grande multiplicidade de orientador rural onde alia capacidade técnica, eficiência, comunicação e interação social.

É um profissional cuja profissão tem mais de meio século de existência. O Ministério da Educação dispõe de pouca informação sobre a vida profissional dos Técnicos Agrícolas. Em 1990 os Técnicos Luiz Roberto Dalpiaz Rech e Carlos Coelho publicaram uma obra intitulada "Os Caminhos dos Técnicos Agrícolas" onde resgastaram a história do ensino agrícola e do movimento da categoria.

No Brasil, o ensino agrícola iniciou cedo. Em 1886, começou o primeiro curso no Estado da Bahia, por ordem de Dom João VI. No Rio Grande do Sul, (BR) a primeira escola agrícola nasceu em Pelotas, mas a instituição que formou os primeiros profissionais no Brasil, foi a Escola Técnica de Agricultura (ETA), localizada em Viamão. A primeira turma (técnicos rurais) formou-se em 1914. Foi da ETA que saíram os profissionais que mais tarde, 1941, fundariam a Associação dos Técnicos Rurais do Rio Grande do Sul (ATR), que teve como primeiro presidente o Técnico Rural Archimínio Teixeira e como secretário, Leonel de Moura Brizola. A ATR resistiu até 1964. O período de arbítrio (ditadura militar) instalado no país fez com que seus dirigentes se dispersassem.

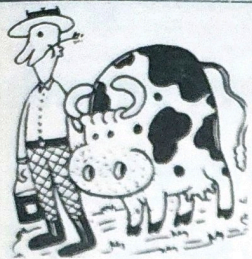
O movimento, só veio a levantar-se em 1974, quando o Técnico Agrícola Mário Limberger reuniu um grupo de profissionais para ativá-lo. Porém, em 1968, o professor Luiz Calvete Corrêa, liderando um movimento de professores de escolas agrícolas acabaram fundando a Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (AGPTEA) em dois de setembro de 1969. Daí em diante a categoria não parou mais de crescer e criou o Sindicato dos Técnicos Agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul (SITARGS), com sede em Porto Alegre.

A forma de desenvolvimento e gerenciamento agrícola está nas mãos do técnico.

BRITTO QUER AFUNDAR A EDUCAÇÃO

O projeto de Gestão da Educação do Governo Britto aprovado em 1995 é uma síntese da política antidemocrática e excludente na área da educação. Segundo o presidente da AGPTEA, Antônio Ilha, o projeto impõe uma fórmula copiada de outros estados e países neoliberais.

"Isto abre caminho para o desmonte das escolas públicas agrícolas que estão em estado de penúria, sem verbas, funcionários e com falta de professores e consequentemente isto vai gerar a mercantilização do ensino rural", enfatizou Ilha.



Atual estrutura fundiária prejudica o desenvolvimento econômico e social do país

Vilson Arruda F^o

Conforme consta no relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) divulgado na primeira quinzena de setembro, cerca de 62,4% das terras do Brasil são improdutivas. O atlas geográfico também divulga que apenas 9,2% da área rural do país é ocupada por minifúndios, e 28,3% por propriedades produtivas de maior tamanho. Os dados são baseados no recadastramento das propriedades rurais realizados pelo Incra no mês de março de 1993, onde os próprios donos das terras prestaram as informações. O relatório apresenta gráficos e mapas sobre a situação de 3,1 milhões de propriedades rurais.

O ministro de política fundiária, Raul Jungmann, disse que o país precisa de uma reforma agrária urgente. "O documento mostra o que já sabemos", destacou. Ele reforçou que o Brasil não terá paz social e dignidade se não fizer a mudança na sua política fundiária. Os professores do ensino técnico agrícola reunidos no I Encontro Sulbrasileiro, realizado na cidade de Guaporé -RS-, admitiram que a reforma agrária é o melhor e mais barato meio de gerar emprego e renda. Segundo as informações do Ministério da Reforma Agrária, o Brasil precisa assentar 2 milhões de famílias de sem terras nos próximos 15 anos. Isto custará aos cofres públicos cerca de R\$ 36 milhões.

Analisando o quadro de concentração fundiária no país observa-se que é gravíssimo. Segundo o relatório, 2,3% das fazendas com mais de mil hectares concentram 50% das terras cadastradas no Incra. Se enquadrar-mos no Índice de Gini, usado mundialmente para medir esse item, o Brasil alcança a marca de 0,8278. O Índice de Gini varia entre 0 e 1: quando mais perto do 1, maior é a concentração de terras. Os números do atlas apontam que o Brasil é um dos países com maior concentração de terras no mundo. A pesquisa aponta que o Brasil desde 1940 vem mantendo-se em torno de 0,8 no Índice de Gini.

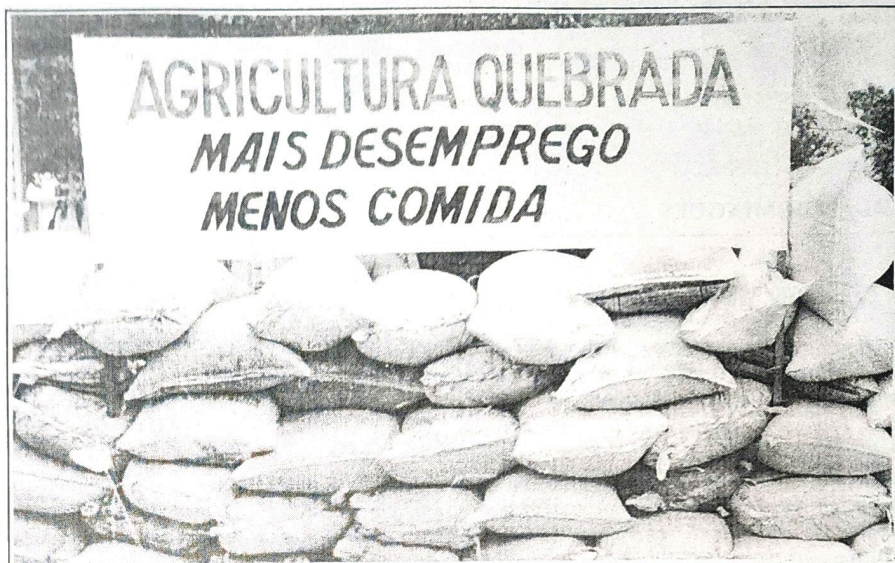
A Região Sul formada pelos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul registra um Índice de Gini de 0,6972, menor do que a média nacional, mas ainda é número considerado muito alto pelos técnicos do ministério. Em Santa Catarina, o número está entre 0,6 e 0,7.

As taxas mais preocupantes estão no Amazonas e no Pará, onde ainda impera o coronelismo, chegando perto de 1,0 no Índice de Gini. Entre 0,8 e 0,9 estão o Acre, Roraima, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A concentração fundiária é considerada baixa quando o índice forma menor que 0,5.

O estudo mostra ainda que as grandes propriedades ocupam a maior parte do país. Os imóveis com mais de mil hectares representam 49,87% das propriedades rurais brasileiras. Os com mais de 10 mil hectares cobrem 19,34% do território nacional.

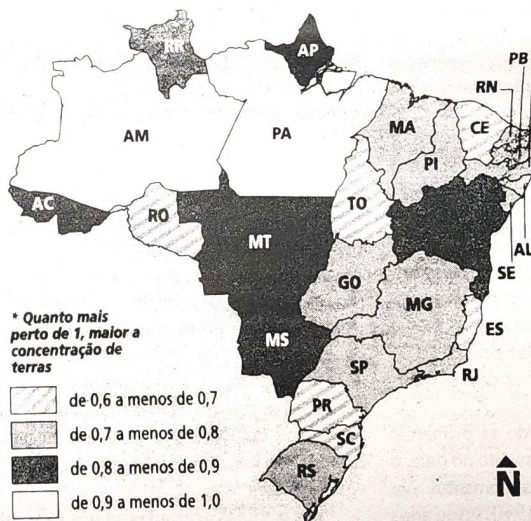
O Rio Grande do Sul tem 2.052 imóveis com mais de mil hectares de área. Cerca de 83 propriedades rurais entre 5 mil e 10 mil hectares, e sete com mais de 10 mil.

Revela o documento que Santa Catarina é o estado da Federação com menor número de grandes propriedades.



/Agricultores do Rio Grande do Sul e AGPTEA se mobilizam por uma Política Agrária voltada para os interesses do estado que está marginalizado pelo governo federal.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA



* Quanto mais perto de 1, maior a concentração de terras

- de 0,6 a menos de 0,7
- de 0,7 a menos de 0,8
- de 0,8 a menos de 0,9
- de 0,9 a menos de 1,0

AP
os dados sobre o Amapá não são considerados pelo Incra por erro de cadastramento

O tamanho das propriedades sobre o total da área agrícola:

No Brasil	
Mais de 1 mil hectares:	49,87%
Mais de 10 mil hectares:	19,34%
No Rio Grande do Sul	
Mais de mil hectares:	2.052 propriedades
Entre 5 mil e 10 mil hectares:	83 propriedades

EDUCAÇÃO NO FUNDO DO POÇO

A revista da UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, acusa que o "Único fundo que o governo de Fernando Henrique propõe pro ensino é o do poço". Segundo a revista, na página 7, o governo FHC elaborou um novo jeito de passar mais dinheiro aos bancos à custa da Educação: criou, através de projeto de lei, um tal "fundo nacional" que obrigaria estados e municípios a repassar ao governo federal 15% de seus investimentos em Educação.

PENSE BEM

A SEC quer promover a formação continuada de professores para atingir os objetivos de um padrão de qualidade de ensino, no entanto, não promove a valorização profissional e salarial.

FH QUER ARREBENTAR A EDUCAÇÃO

A revista da UBES também denuncia que o governo de FHC quer arrebentar de vez com a Educação pública gratuita no Brasil. "No Orçamento deste ano, 96, as verbas para Educação sofreram queda real de 3%, segundo denuncia também o relatório da Comissão Mista do Congresso.

No caso do ensino superior o fôco foi maior ainda: o Orçamento baixou de R\$ 5,1 bilhões em 95, para R\$ 4,8 bilhões em 96, com um corte de mais de 7%.

EMATER amplia os serviços da extensão rural

Segundo a previsão do Projeto de Expansão Rural no Estado, todos os municípios de economia agrícola no Rio Grande do Sul - BR - terão um escritório da Emater. No primeiro módulo do programa será autorizado o funcionamento imediato de 59 unidades operacionais, do total de 83 previstas. Para atender as necessidades o governo do estado contratará 198 extensionistas para completarem o quadro funcional e atender 416 localidades. "Este número não é suficiente para atender a necessidade da Empresa, que tem uma defasagem de mais de 500 funcionários", contestou a secretária da Associação dos Servidores da Ascar-Emater, Sirlei Haubert.



JUAN DOMINGUES

Enquanto a agricultura gaúcha passou por um processo de modernização e alta competitividade no setor primário entre os países do mercosul, as escolas profissionalizantes do Estado percorrem o caminho do atraso.

Professores desatualizados e máquinas obsoletas evidenciam o sucateamento. Para tentar reverter a situação, o vice-governador do Estado Vicente Bogo, anunciou um projeto que pretende revitalizar o ensino técnico. Se a intensão se concretizar, as escolas serão beneficiadas com injeção de recursos e qualificação profissional a partir de 1997. Dos 150 colégios da rede estadual que prestam ensino técnico, 26 formam especialistas em agropecuária. No início de agosto, o jornal *Zero Hora* conheceu a penúria de algumas instituições agrícolas. Esta reportagem mostrará algumas das dificuldades enfrentadas no ensino agrícola da rede estadual e a importância da educação rural, a única forma de manter os jovens no campo e auxiliar na sobrevivência das propriedades rurais.

A crise do ensino agrícola do Estado não escolheu escola e nem respeitou tradição. Atingiu instituições como a Escola Técnica de Agricultura (ETA), de Viamão, estabelecimento de reconhecido conceito, com mais de 400 hectares, que já foi modelo para a América Latina. Nos pequenos colégios a situação é mais grave. Sobrevivem como podem. Numa escola de Canguçu, por exemplo, não há um único trator para as aulas práticas e 30 alunos internos vivem numa pequena casa de três quartos. Dois deles dormem na cozinha.

Desde o começo do século, quando as primeiras escolas agrícolas entraram em funcionamento no país, o ensino agropecuário alterou bons e maus momentos. No Rio-Grande do Sul, a ETA, fundada em 1910, viveu anos gloriosos. "Os professores vinham da Europa" lembra o atual diretor, Santino Telmo Gomes. O auge da escola-modelo se deu em 1985, quando o colégio orgulhava-se de sua auto-suficiência. A agroindústria mantida por alunos e professores chegou a produzir mil litros de leite por dia.

No final da década de 80, o setor agroindustrial foi desativado por faltas de verbas. "Hoje não produzimos

Escolas agrícolas continuam na era da enxada



Escolas agrícolas do estado estão em autofagia e obsoletas. Os diretores e professores já não tem mais a quem apelar para solucionar o problema

mais do que 80 litros diários", diz Abílio Crespo, lecionando na ETA desde 1976. "Só dá para o consumo interno". O galpão, construído em meados da década de 30, está obsoleto. Não há nem sala adequada para a ordenha.

Na base do improvisado, as escolas têm driblado crises. Difícil de vencer é a desatualização dos professores. A estagnação se iniciou há 10 anos e chegou, agora, num ponto preocupante, conforme o presidente da Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola Antônio Hélio Ilha. "O Estado levará anos para reciclar os educadores", acredita. "Só se forma técnicos competitivos com professores altamente preparados".

O sucateamento das escolas foi tema do seminário Ensino Agrícola e o Mercosul, promovido pelo Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do estado em junho de 1995, com a participação de técnicos da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Entre as decisões tomadas, o encontro determinou que o Estado teria a responsabilidade de dotar suas escolas com equipamentos e instalações mínimas para a busca da auto-suficiência e que os professores seriam atualizados e especializados em técnicas modernas de produção. Ao Ministério da Educação coube a missão de enviar as escolas agrícolas antenas parabólicas, televisores e videocassetes.

As medidas acertadas há um ano ainda não chegaram ao campo. o diretor da Escola Estadual Celeste Gobbato, de Palmeira das Missões, Arno Dessbesell, garante que a falta de atualização dos professores gera desconforto entre os estudantes. "Eles esperam aprender técnicas novas com equipamentos igualmente novos, mas não é isso que eles encontram no curso", diz Dessbell. "Eu não sei dizer que tipo de técnico agrícola nós estamos formando", comenta o diretor da escola de Palmeira.

Cama úmida

Na Escola Estadual de Canguçu, a 297 quilômetros de Porto Alegre, situada numa área com 25 hectares falta quase tudo. Não há ferramentas, trator, o número de professores e funcionários é insuficiente. O pior mesmo é o alojamento, onde 30 alunos dormem amontoados. O aluno Isaías Coelho Duarte reclama que o local é muito úmido. "Nunca recebemos a visita de alguém da Secretaria da Educação", salientou Ingmar Krieger, diretor da Escola.

Na escola Estadual Viadutos sobrevive o favor, pois nem um simples carrinho de mão a escola tem.

Os planos do governo

O vice-governador Vicente Bogo admitiu, no último dia 3 de setembro, a deterioração das escolas de ensino técnico do Estado. "Este sistema está realmente sucateado", afirma. Para Bogo, a competitividade com os países do mercosul exige uma mudança urgente do quadro atual. A ideia do governo é criar uma espécie de Fundação Estadual do Ensino Técnico (o nome não é definitivo), que beneficiaria não apenas as escolas que formam técnicos em agropecuária. "Queremos modernizar todos os colégios de ensino profissionalizante". Imagina. No ano passado, o governo destinou R\$ 1,8 milhão para as escolas agrícolas. "A média de dinheiro empregado no ensino agrícola estadual continua a mesma em 1996", garante Heitor Tomé da Rosa, coordenador do Ensino Agrícola da Secretaria da Educação.

O primeiro passo do novo projeto é diagnosticar a situação do ensino praticado nas escolas técnicas. O estudo apontará as necessidades de demanda, localização e cursos de qualificação de mão-de-obra. A base do programa de reaparelhamento deverá estar na parceria entre o governo, municípios, Serviço Nacional do Comércio (Senac), Serviço Nacional da Indústria (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Universidades. O projeto, discutido entre o governador Antônio Britto, a secretária da Educação, Iara Wortmann, e o vice-governador deverá entrar em vigor em 1997. "Precisamos agir logo porque não podemos mais conviver com o ensino que se praticava há 20 anos", avisa Bogo.

(Juan Domingues)

EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

A sociedade competitiva, defendida pelos neoliberais, entre eles o governador Antônio Britto, elimina as idéias de solidariedade, fraternidade, justiça, conquistas sociais e até recentemente os direitos trabalhistas consolidados. Não podemos ter medo, mas ter ousadia de reafirmar os princípios de construir uma educação rural transformadora e capacite o aluno à enfrentar a tarefa de "mudar o mundo" e jamais de se submeter à lógica do senso comum, das idéias neoliberais e do entreguismo.

PENSE BEM

Sem verbas para a educação o que esperar de 1 milhão e 300 mil crianças que se encontram, hoje, na rede pública estadual do Rio Grande do Sul - BR - ?

A FARSA NA EDUCAÇÃO

O governo federal de FHC não tem nenhuma proposta que contemple as 4 milhões de crianças em idade escolar fora da escola, nem os 20 milhões de adultos analfabetos, assim como não tem proposta para educação infantil.

Porém a única proposta que tem é o programa de desmanche das escolas agrícolas ou rurais que está ocorrendo em todo o Brasil.

Educação é um elemento decisivo

*Marivone Casteli

Gostaria de começar este simples e breve artigo lembrando de uma afirmação feita, não faz muito tempo, pelo físico Sérgio Costa Ribeiro, que num artigo denominado "Construir o Saber" recordou que "no passado, impérios se construíram sustentados por uma educação universal. No futuro, países vão se atolar por falta dela".

Sem dúvida a educação neste final de século e início de um novo milênio se apresenta como condição fundamental para afirmação e crescimento de qualquer nação. No caso do Brasil, que já perdeu inúmeras oportunidades históricas anteriores, tratar da educação como investimento indispensável para que possa garantir um lugar no mundo moderno, será decisivo.

A competitividade, as formas de produção que pedem trabalhadores com habilidades técnicas superiores, as inovações tecnológicas que nos surpreendem a cada momento, estão a exigir mudanças educacionais velozes e competentes.

Este inédito ambiente de competição internacional entre blocos econômicos, faz com que os países passem a se preocupar mais e mais com seus sistemas educacionais. A educação aparece como o elemento decisivo para a vitória neste verdadeiro torneio de competitividade que diariamente está sendo travado no contexto mundial. E o ensino Técnico-Profissionalizante aparece como elemento chave neste contexto. Dai a preocupação que o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, tem em reestruturá-lo e, conseqüentemente, torná-lo mais ágil, eficiente e competente.

A exigência mundial se reflete na nacional e regional por um novo patamar de qualificação técnica.

O momento em que vivemos exige a formação de cidadãos capazes de, não somente exercer consciente e criticamente sua cidadania, mas também de inserir-se no mundo do trabalho de acordo com as novas e desafiadoras exigências de permanente atualização e qualidade.

Neste mundo novo, a sobrevivência econômica está ligada, como jamais esteve, à competência da mão-de-obra. Assim a educação técnica, desta forma, virou condição prevalente do desenvolvimento econômico, ao lado obviamente da educação fundamental, quer dizer, do ensino universalizado e eficaz do idioma, da matemática, das ciências e as demais.

Mudou o paradigma produtivo do planeta. O isolamento, as reservas de mercado, se tornaram anacrônicos. A tentação de desenvolvimento endógeno não faz mais o menor sentido. Deixar-se ficar para trás não é mais opção.

Com o capital internacionalizado, a escolha de onde aplicá-lo dependerá mais do perfil educacional de um povo, do que dos velhos fatores geo-políticos.

Não podemos voltar aos tempos da exploração mercantilista dos tempos coloniais.

A palavra de ordem é, portanto, educar e educar.

Assim, encontros como o Sulbrasileiro e Estadual de Ensino Agrícola, constituem um passo importante no firme propósito de recuperar o Ensino Rural adequando-o às novas demandas da economia gaúcha.

*Delegada de Educação da 7ª Delegacia de Ensino do RS - Brasil



Marivone: Educar é a solução

SER PROFESSOR

*Maria Luiza Kruei Cassano

Se professor depende de técnica misturada com a arte, mas acima de tudo, de consciência da missão de gente atuando diretamente ou indiretamente na formação de criaturas humanas, de cidadãos, de personalidades...

As linhas abaixo tentam retratar o comportamento ideal do professor, com permissão de Kipling, quando à forma...



Maria Luiza Kruei: produzir é ter confiança sem medo de errar

Se...és capaz de entender teus alunos em sua face evolutiva; ...podes ver neles as formas desejáveis de comportamento como pontos de chegada e não de partida; ...estás convencido das suas possibilidades de aprender; ...confias na sua capacidade de julgar; ...te comove a confiança com que eles a ti se entregam; ...os aceitas como são em sua realidade humana e social; ...te esforças por levar cada um a produzir o que possa e não o que desejarias que produzisses; ...os levas a superar suas dificuldades, limitações ou fracassos, sem humilhações nem inúteis frustrações; ...não te aborrece vê-lo reagir de maneira diferente aos estímulos aos que lhes proporcionas; ...consegues criar um ambiente de trabalho, confiança e otimismo, em que eles não tenham receio de errar; ...os animas a um constante esforço de auto-superação; ...consegues ascultar-lhes as mais íntimas aspirações; ...os estimulas a emitir opiniões contrárias às tuas; ...eles te sentem como pessoa que não impõe nem castiga, mas que está sempre disposta a acolhê-los em suas dificuldades; ...lhes abres o coração e a inteligência para os aspectos transcendentes da vida; ...chegas a te preocupar com o futuro deles; ...os conduzes a sentirem o fascínio do desconhecido; ...os levas mais a refletir do que decorar; ...fazes com que sejam mais participes do que expectadores; ...os despertas para o irrestrito dever de respeitar ao próximo; ...com eles consegues relacionar-te na base da espontaneidade, compreensão, amizade e respeito mútuo; ... os consegues empolgar pelo homem, a sociedade e a natureza, com aquele entusiasmo que impulsiona as grandes aventuras; ...te conservas aberto às novas idéias e disposto a objetivamente apreciá-lo quanto à conveniência de sua aplicação; ...te contentas mais em ouvir do que em falar; ...estás disposto a mais dar do que receber; ... tens condições para mais compreender do que ser compreendido; ... te emociona a visão de tantas criaturas que de ti dependem para desabrocharem em criatividade, consciência, liberdade e responsabilidade;

então, podés dizer:

"SOU PROFESSOR"

*Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Brasil

**Professor seja mais um sócio da AGPTEA.
Vamos firmes na luta da categoria**

EDUCAÇÃO DOS SEM-TERRA

O 3º Encontro Estadual de Professores das Escolas de Acampamentos e Assentamentos da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (BR) realizado na cidade de Santa Maria, nos dias 25 e 27 de outubro passado, serviu para os professores analisarem a qualidade da educação oferecida aos Sem-Terras. Após os levantamentos de dados e discussões, os participantes traçaram estratégias para ação na melhoria da qualidade da educação nos acampamentos e assentamentos.

PENSE BEM

Conclui-se ser uma ingenuidade esperar por melhor ensino, enquanto não se valorizar o livro

O BRASIL DOS BANQUEIROS

Passados 21 meses de seu mandato, o governo de Fernando Henrique, o viajante, aumentou o arrocho salarial e a soma dos miseráveis cresceu de 32 para 39 milhões. Socorreu com bilhões de reais os bancos falidos e o número de desempregados subiu para 15 milhões. Aumentou ainda mais a concentração de renda - os 20% mais pobres detém 2,1% da renda nacional, enquanto que os 10% mais ricos detém 51,3%. Apesar de sociólogo é um ditador.

Ensino Agrícola - o climax da decadência

*Luiz Calvete Corrêa

O Ensino Agrícola, até agora mantido em segundo plano, merece um destaque especial no contexto geral da educação profissionalizante, documentada legalmente pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que no momento oportuno veio dar condições para que todas as escolas assumissem a função de educar para o desenvolvimento.

Coube ao ensino agrícola, a responsabilidade de liderar, na comunidade rural, a ação para o desenvolvimento agrícola, através do preparo e orientação da mão-de-obra qualificada capaz de conseguir um melhor uso econômico ao solo e da colocação de egressos dos colégios agrícolas em uma ocupação, proporcionando-lhes uma aprendizagem técnica, prática e administrativas, essencial à formação do técnico que se preparava para exercer uma profissão agrícola, ou prosseguir com estudos, a nível superior, mais especializados.

A expectativa, no que diz respeito a profissionalização na área agrícola, viria através de uma diversificação de programas de ensino que proporcionassem variedades de habilitações como exigência de uma formação e treinamento mais especializado e próprio para a região polarizante de cada colégio agrícola, de forma flexível para a possível adequação às possibilidades corretas de cada estabelecimento, exigências do mercado ocupacional da região e atendimento das diferenças individuais de natureza vocacional.

"Coube ao ensino agrícola liderar a comunidade rural"

O instrumento legal que delimitou as diretrizes educacionais procurando acelerar a formação profissional de nível médio, a fim de atender o mercado de trabalho, foi a Lei 5.692/71 fixando as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus. Assim, considerando o enfoque referente as habilitações profissionais de nível médio, constata-se no sistema de ensino atual, que a educação técnica foi colocada em segundo plano, sendo que, na área do ensino técnico agrícola, inúmeras



/Professor Calvete é presidente da Confederação Brasileira de Professores do Ensino Agrícola (CBPEA)

foram as implicações decorrentes da estrutura em que o mesmo se encontra, para atingir o estágio de uma educação rural com processo vivo, sem esquemas pré-moldados. É um ensino que, embora a estrutura do sistema educacional tenha possibilitado articulação com outros ramos, manteve-se separado, isolado, ministrado em escolas específicas, para um número reduzido de alunos.

"Um plano mirabolante que estava adormecido"

No processo de desenvolvimento do ensino, em que o Brasil se encontra, são necessárias medidas visando uma nova estrutura para o ensino agrícola, a fim de tornar operacional um dos objetivos que a educação profissionalizante se propõe a atingir: preparar estudantes para uma participação ativa no mercado de trabalho atual e futuro. É justamente o currículo diversificado proposto no artigo 4º da Lei 5.692/71, visando as habilitações profissionais, a mola mestra para solucionar a problemática relativa a formação de mão-de-obra especializada tão necessária em face da evolução tecnológica que se processa nos diversos setores da atividade rural.

Essa abertura da lei proporciona às escolas, até agora pré-moldadas por diretrizes gerais fixas, tanto de estrutura como de métodos, condições de flexibilidade no sentido de se adaptarem às reais necessidades regionais e partirem para uma dinâmica que venha ao encontro do atendimento da tecnologia, tão necessário ao processo de desenvolvimento na sociedade.

Assim, verificadas as implicações que o currículo diversificado apresenta em rela-

ção ao contexto geral do processo ensino-aprendizagem, é imprescindível uma reformulação de metodologia no ensino agrícola de maneira que o aluno continue sendo o centro do processo e, a escola e a comunidade, o meio para, através da educação permanente, atingir o desenvolvimento nos setores de atividade de produção e do país.

Nesta perspectiva, surge, agora, uma luz bri-

lhante no fim do túnel com a iniciativa de se criar, na Secretaria Estadual de Educação uma Superintendência para o Ensino Técnico, com destaque para os setores primários (agrícola), secundário (industrial) e terciário (comércio e serviços) da economia. Acreditamos que com esta medida, o ensino agrícola, no Estado, voltará a ter o destaque que merece, no cenário da educação técnica, voltando a brilhar, novamente, como estrela de primeira grandeza na constelação da educação nacional. Vingando esta iniciativa, esperamos que a direção seja entregue a um profissional da área que conheça a realidade do ensino agrícola

"Tudo faz crer que é ovo de colombo"

No âmbito, federal está surgindo uma "nova" orientação para o ensino agrícola, ou seja, um plano mirabolante, segundo seus autores que, na realidade, consiste em aplicar princípios e normas da Lei 5.692/71 que estavam adormecidos dada a incompetência dos administradores da educação de gabinete. São passados 25 anos de advento da lei em que a *sintonia* é a habilitação profissional determinada em função das necessidades do mercado de trabalho em função de resultados de levantamentos periodicamente renovados (artigo 5º § 2º). Tudo faz crer que só agora foi descoberto o "ovo de colombo", dando o alarde com ressonância nacional na divulgação do já tão comentado "PL" 1.603 (Projeto de Lei).

O Projeto de Lei nº 1.603/96, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, dispõe sobre a Educação Profissional, a organização da Rede Federal de Educação Profissional, e da outra providên-

cias, apresenta em seu bojo o já estabelecido na Lei 5.692/71, que fixa as diretrizes e bases do ensino de 1º e de 2º graus:

	PL 1.603/96	Lei 5.692/71
1. Formação de técnicos de nível médio.....	art. 2º I	art. 5º §2º
2. Articulação com ensino regular.....	art. 3º	art. 2º, 3º
3. Qualificação profissional independente da escolaridade.....	art. 4º I	arts 24, 25 e 26
4. Educação continuada	art. 3º	art. 24 b
5. Pós técnico/técnico pós 2º grau.....	art. 4º	art. 27
6. Prosseguimento em curso superior.....	art. 4º II	art. 23 a
7. Educação não formal/qualificação p trabalho..	art. 5º	art. 24 à art. 27
8. Qualificação profissional na escola e serviço...	art. 6º	art. 6º
9. Certificado de qualificação profissional.....	art. 7º	art. 16
10. Ensino Técnico Federal, Estadual e Municipal.....	art. 9º	art. 42
11. Ensino técnico concomitante ou sequencial.....	art. 8º	art. 27
12. Ensino Técnico com validade nacional.....	art. 9º	art. 16

Observa-se, dessa forma, que o Projeto de Lei em referência, não inova nada, apenas ratifica o que já está expresso no texto da Lei 5.692/71. Esta a razão pela qual algumas escolas agrotécnicas federais estão implantando "nova" metodologia com o disfarce de "projeto piloto". Na realidade estas escolas estão, após 25 anos de vigência da Lei 5.692/71, reconhecendo toda a sua amplitude e, para não atestarem a própria incompetência ao longo desses anos, reportam-se, agora, aos parâmetros do PL 1.603/96 que surge como inovador do já existente. Tudo isto só para receberem volumosos recursos financeiros do Banco Mundial. Este filme eu já vi em 1970 com o surgimento dos Ginásios Orientados para Trabalho (GOT) que revolucionaram a educação na época. O acordo MEC/USAID jorrou dinheiro para instalações de oficinas de técnicas agrícolas, de técnicas industriais e de salas ambiente de economia doméstica. Ocorre que no ano seguinte (1971), a Lei 5.692/71 modificou tudo. Onde foram parar as oficinas instaladas nas escolas públicas e particulares? Não esqueçamos que a *nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* está para ser aprovada.

GASTOS NA EDUCAÇÃO

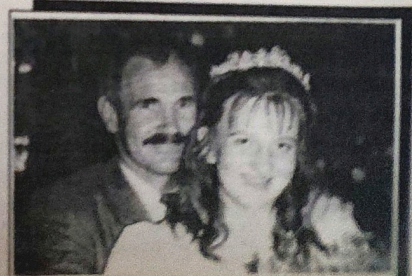
Se o governo brasileiro tivesse interesse efetivamente em superar o trágico atraso escolar, o caminho é destinar à educação pública cerca de 7% a 10% do PIB, voltando ao patamar de 6% a 8% quando uma situação aceitável for atingida.

Devido a política de interesses extra-terrestres isto levará muito tempo para acontecer no Brasil.

PENSE BEM

A média de escolaridade do trabalhador brasileiro é de 3,5 anos, e o pior o analfabetismo atinge mais de 19 milhões de brasileiros acima de 15 anos.

No mês de outubro passado, o tesoureiro da AGPTEA e professor da ETA, Hilário Klein, casou-se com Jaqueline Fritzen.



SOCIAIS/CASAMENTO

Nelmo Guterres

Centro de profissionalização

"Revisar nossa organização institucional, produzir novos paradigmas alternativos e formas concretas para viver a contemporaneidade, torna-se imperativo".



Nelmo analisa o unificação do ensino agrícola formal e não-formal

As Escolas Agrícolas de 2º Grau poderão transformar-se em Centros de profissionalização, unindo o ensino formal e o não formal em prol da preparação de jovens para enfrentar, de forma adequada, o novo modelo, social e econômico vigente no país, em decorrência da globalização da economia, da evolução tecnológica e da competitividade no próprio mercado de trabalho do Mercosul. Será sua principal tarefa: a elevação dos padrões de qualidade do ensino.

Nestes Centros, o professor (que deverá tornar-se um especialista em sua disciplina) ministraria uma ou duas disciplinas, no máximo, do ensino formal e na "pseudo ociosidade" de sua carga horária, atenderia ao Setor de Produção correspondente aos Cursos de Treinamento do ensino não formal, durante o ano agrícola, que deverá corresponder de forma mais adequada ao ano letivo.

Ao associarmos o ensino não formal, procuramos proporcionar instrumentos de apoio e novas alternativas para a sobrevivência num mercado de trabalho flexível, onde o interessado poderá escolher o treinamento que lhe é mais vantajoso, passando a ser detentor de seus próprios instrumentos de produção. Altamente salutar será o convívio dos dois ensinos, onde o fluxo de experiências e informações nos dois sentidos serão coordenados pela mesma pessoa: o professor técnico.

A abrangência e o cadastramento da clientela dependerá dos raios de ação e interesses das parcerias acordadas, que poderiam ser: Secretarias da Agricultura, Emater, Prefeituras Municipais, Farsul, Fetag, Ongs, Movimento do Sem Terra, Cooperativas, Sindicatos, Associações de Criadores e outras. Estas parcerias poderiam participar dos Conselhos Escolares ou de um Conselho Especial que estivesse atento às necessidades do mercado, para

as devidas modificações curriculares e atualizações nos cursos oferecidos.

O gerenciamento de todo este processo requer, prioritariamente, a criação de um órgão com autonomia administrativa, pedagógica e financeira, com pessoal suficiente, sendo muito importante: que fale a nossa linguagem, isto é, a linguagem da agricultura e da pecuária, amparada por uma pedagogia que saiba harmonizar o saber e o fazer contemplando a cidadania. Neste órgão, se vinculado à Secretaria de Educação, toma-se urgente a implementação da gestão Democrática nas Escolas (Centros), pois sem a liberdade acenada seria inviável a busca da auto-manutenção.

A necessidade de cursos de atualização, gestão e gerenciamento baseados em pressupostos científicos para as direções, professores e funcionários, vêm a seguir, na busca de uma ampla qualificação de seus quadros funcionais. Se quisermos mudar as estruturas, teremos primeiro que atuar nos recursos humanos. Este é o maior entrave, atualmente, para o desenvolvimento deste ensino.

Não reconhecemos esta deficiência e seu acolhimento como fundamental para implementação deste ensino, será como, usar uma terminologia "bem nossa", "apoiar vaca morta".

Equipar as Unidades Educativas de Produção (UPEs) destes Centros, não necessariamente com tecnologias de ponta, mas com algo acima da média observada no setor primário, seria suficiente para ministrar um ensino fundamentado numa visão holística e qualificação técnica de acordo com a vocação do educando. A busca de uma diversificação, atualização e modernização das técnicas e tecnologias deverá ser uma constante a oportunizar.

Estes Setores de Produção, além de proporcionar uma superior aprendizagem aos alunos, dá um melhor gabarito aos cursos de treinamento, produziria renda em caráter supletivo aos demais setores, ajudando em toda a sua manutenção. Fugir à mentalidade paternalista vigente é questão de sobrevivência e deve fazer parte das aspirações destas instituições.

A construção de salas-ambiente, junto às UEPs, para atender aos dois ensinos, torna-se um imperativo, assim como alojamentos para abrigar a clientela dos cursos não formais. Uma boa distribuição geográfica dos Centros, talvez possa amenizar os gastos com alojamentos, embora devamos pensar em transportes.

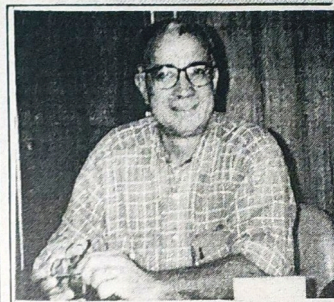
Aos Setores Agroindustriais deverá ser dado maior ênfase como agregadores de valor aos produtos primários produzidos. Servirão de exemplo aos agropecuaristas como forma de transformação viável de suas produções em um produto final de maior valor, senão individualmente de uma maneira cooperativada.

Com a evolução dos Centros, poderíamos vir a formar tecnólogos que, com uma formação pedagógica específica, concomitante e opcional, poderiam suprir as dificuldades de lotação de professores técnicos nas escolas agrícolas de 1º e 2º graus, resolvendo assim a ausência de cursos de formação regular para esta área. A formação pedagógica proporcionada poderia servir a agrônomos, veterinários, zootecnistas, engenheiros agrícolas e florestais, profissionais dos quais nosso ensino não pode prescindir, embora às vezes não nos damos conta.

Parece desnecessário, mas é bom frizar, ao finalizarmos, que o comando destes Centros devem estar a cargo de seus diretores, não podendo haver uma direção paralela para os Cursos de Treinamento, o que geraria "disputa de beleza" e a "queda de braço" traria grandes prejuízos ao ensino e às suas finalidades.

Quanto aos recursos para o estabelecimento destes Centros não devem ser significativos em função do significado do mérito e muito menos operacionalizáveis. Basta vontade política e dirigentes capazes de discernir as prioridades.

A morte da competência



Sebastião Pinheiro alerta sobre o perigo dos agrotóxicos

Não é novidade para ninguém, por mais desinformado que seja, que os agrotóxicos provocam intoxicação, envenenamentos. Entretanto, os produtos são cercados por uma aura de segurança, com o beplácito das Nações Unidas, através da Organização Mundial da Saúde, Agricultura e Alimentos, Organização Panamericana de Saúde e entre outros.

A realidade é que milhões de agricultores humildes, homens, mulheres e crianças indefesas, são vítimas de envenenamento por agrotóxicos diariamente. Morrem, sabidamente por contaminação, mais de 20 mil pessoas por ano. Não se pode aferir a quantidade dos que sucumbem envenenados sem saberem; não associando a sintomatologia ao uso do veneno. Quando as indústrias serão chamadas a pagarem por estes crimes? O alerta no rótulo exime-as de culpa?

O veneno também mata graduados, inclusive os defensores desta agricultura suicida. Foi o que aconteceu com o engenheiro agrônomo J. V., em Guanambi, Bahia, em fevereiro de 1984. Ele comandava a aplicação do Metamidós, um poderoso fosforado em uma lavoura de algodão herbáceo, no dia anterior, e resolvera inspecionar o local, sua obra e arte. Foi encontrado morto no algodoal pelo envenenamento.

Com agrotóxico não se brinca.

CADASTRAMENTO

A Associação dos profissionais Licenciados em Ciências Agrícolas (APLICA) está cadastrando professores de ensino agrícola de todo o Brasil para desenvolver um programa de troca de experiências e intercâmbio, bem como organizar um cadastro atualizado desses profissionais.

Em vista disso a entidade solicita que os colegas interessados em participar que envie nome e endereço completos, bem como a disciplina que leciona ou área e remeta para a APLICA, rua Radmacker, n.º 41, apt.º 401 - Tijuca - CEP 20511-310 - Rio de Janeiro - RJ

PENSE BEM

Atualmente o país aplica 45% do PIB (produto interno bruto) em educação, enquanto países desenvolvidos gastam em torno de 10%.

PROFESSOR, AGORA PREFEITO

O nosso colega, Rui Antônio de Freitas, professor estadual da Escola de 2º Grau da cidade de Santana da Boa Vista, elegeu-se prefeito deste município numa coligação.

A diretoria da AGPTEA deseja uma próspera gestão para o companheiro que vai assumir no dia 1º de janeiro na Prefeitura.

CARTAS

Impossibilitado I

Senhor Antônio Ilha
Impossibilitado de comparecer ao I Encontro Sulbrasileiro e XI Encontro Estadual de Ensino Agrícola, agradeço a gentileza do convite e desejo pleno êxito ao evento.

Atenciosamente

Antônio Brito
Governador do Estado RS



Impossibilitado II

Senhor Antônio Ilha
Agradeço a gentileza do convite para participar do I Encontro Sulbrasileiro e XI Encontro Estadual de Ensino Agrícola. Impossibilitado de comparecer, parabéns Vossa Senhoria pela promoção desse importante evento em benefício da educação do nosso Estado.

Atenciosamente

José Otávio Germano
Presidente da Assembleia Legislativa

Fome

A cada minuto 30 crianças morrem, nos países em desenvolvimento, por falta de alimento ou remédios adequados - são mais de 15 milhões por ano. Ao mesmo tempo, o mundo gasta US\$ 2 milhões em preparativos para a guerra.

Pode-se imaginar o que todo esse dinheiro (ou uma fração dele) poderia fazer por essas crianças?

Grecílio Pires
Aposentado - Porto Alegre -RS

Investimentos

A Lei de Política Salarial deve ser cumprida, pois o governo está alardeando que o ano de 1997 vai ser o ano do investimento.

Por favor, não façam isso com o nosso dinheiro! A defasagem é insustentável.

Godomiro Vieira de Mello
Erechim - RS -BR.

Cumprimentos pelo trabalho

A diretoria da AGPTEA
Venho através deste cumprimentar pelos trabalhos que esta Associação vem fazendo para melhorar o andamento do ensino agrícola. De posse do Jornal desta entidade gostaria de saber da possibilidade de associarme, para receber este periódico.

Nosso Colégio trabalha com alunos de 5ª a 8ª série em pré-qualificação de técnico em Agropecuária e neste ano iniciamos o 1º ano em Técnico em Agropecuária a nível de 2º Grau.

Por este motivo gostaria de sempre estar informado do que esta ocorrendo no ensino agrícola.

Caso haja possibilidade desejo abrir uma coluna para divulgar possíveis eventos que irão ocorrer em nosso colégio ou em outros da região.

Sendo assim, o que tinha para o momento, aguardo resposta e desde já agradeço.

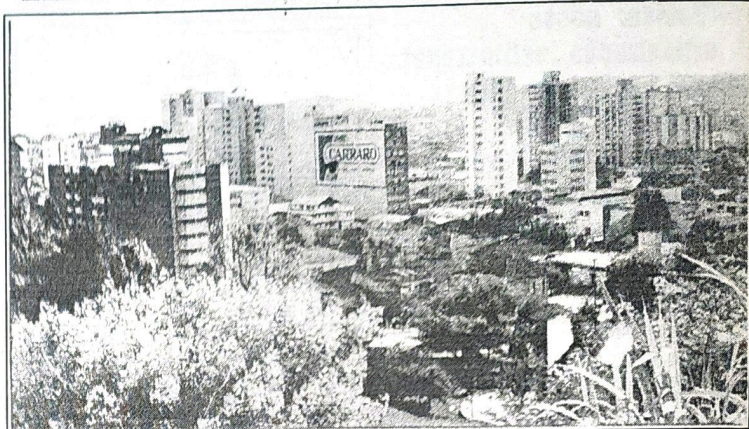
Atenciosamente

Wilson Wronski
Professor do Colégio Agrícola
Getúlio Vargas
São Miguel do Oeste - SC - BR

* Assessoria de imprensa da Agptea, responde:

Prezado professor somos grato pelos cumprimentos e desde já colocamos a sua disposição um espaço neste órgão oficial de divulgação da categoria.

Floricultura é um bom investimento no estado



O desenvolvimento de técnicas vai proporcionar uma maior produção de plantas ornamentais e flores no estado do Rio Grande do Sul

*Saturnino S. de Fraga

O Rio Grande do Sul é um dos maiores estados brasileiro consumidor de flores e plantas ornamentais. Porém a produção gaúcha é insuficiente. Para isso tem que importar aproximadamente 50% dos produtos de outros estados para fornecer ao mercado.

Em virtude disso, o governo do estado, lançou um programa através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, em conjunto com a Emater e Universidade Federal do Rio Grande do Sul na tentativa de desenvolver métodos de produção para suprir o defasado mercado. O programa prevê a criação de um Centro de Difusão da Floricultura gaúcha que funcionará na Estação de Pesquisa do Estado, sediado no município de Capela, RS, onde esta inserido um grande manancial de agricultores que exploram esta atividade.

Na área da Estação serão construídos estufas com controle ambiental, viveiros e aos interessados serão prestados cursos de treinamento com a finalidade de desenvolver novas técnicas para o setor, através de parcerias com técnicos israelenses.

O consumo percapita, atual de flores no estado é cerca de US\$ 16 e no

Brasil é de aproximadamente de US\$ 4, segundo as estatísticas.

O alto consumo e a baixa produção é devido a interferência de fatores como a escassez de recursos humanos especializado, falta de uma pesquisa intensificada, extensão e incentivos como também a inexistência de política agrícola.

Além de ser uma produção alternativa para os pequenos e médios produtores rurais, em pequenas propriedades, a Floricultura, contribui para fixar o homem no campo.

Outro aspecto importante que cabe salientar é o fato gerador de empregos/ha diretos ou indiretamente com cinco a vinte vezes superiores aos oferecidos nas culturas convencionais.

Para competir com o mercado paulista, que é o maior produtor no país, é necessário que os floriculturistas do estado venham aperfeiçoarem em cada florífera ornamental empregando no empreendimento uma avançada tecnologia.

As escolas agrícolas devem participar deste programa visando se tornar autosuficientes, informando e concientizando seus alunos do grande potencial comercial deste ramo agrícola.

*Professor da cadeira de Floricultura da Escola Técnica de Agricultura de Viamão

GOVERNO ADMITE ERROS

Na entrevista concedida ao programa "Roda Viva", na TV Cultura, no mês de outubro, o presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu erros na condução da política agrícola, especialmente a demora na solução das dívidas. Parece que a lentidão é regra no setor primário. O Rio Grande do Sul ainda aguarda solução para o arroz e enfrenta problemas para o trigo.

PENSE BEM

Se o governo federal e o governo estadual não têm se preocupado com uma política eficaz para o setor primário, certamente os atuais agropecuaristas serão os Sem-Terra do futuro.

DIVULGUE O SEU TRABALHO

PROFESSOR, ENVIE MATÉRIAS RELATIVAS AS SUAS EXPERIÊNCIAS OU TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA SUA ESCOLA, QUE NÓS IREMOS REPRODUZIR NESTE JORNAL

* Clóvis Kappel

Civismo - porque te esquecer?

No poema da professora Maria Cecília Pessoa do estado de Pernambuco diz: "Queres saber o que é Pátria? Pátria somos nós. És tu, seu eu. És tua família e a minha..."

O sentimento de liberdade repousa no fundo da alma humana. Ninguém gosta de viver preso. Da mesma forma as nações querem liberdade e autonomia. Não desejam ser colônias de outros países. Toda colônia chega a um ponto em que seus filhos passam a lutar pela independência, mesmo sabendo que isso lhes custe a própria vida.

O Brasil passou por este processo de forma direta. Hoje o nosso país passa por uma crise de identidade. Esta perdendo o seu rumo ao não saber o tamanho de sua terra e a riqueza que nele existe. O resultado é o desemprego, a fome e o grande número de favélas que provocam a violência, levando irmão a matar irmãos. Perdemos a noção do respeito e da cidadania em cada um de nós. Não temos postura em relação aos nossos símbolos. O neoliberalismo aplaude esta desorganização porque eles sabem o que o país têm de riquezas. Se não fosse bom não estariam aqui como não estão na Nigéria ou na Etiópia. E as causas continuam, pois são diversas, como, por exemplo, o desgaste provocado pelas ditaduras e as formas debochadas como muitos políticos se comportam em relação ao seu povo, desafiando a consideração pela Pátria levando para a politicagem cínica e de mau caráter.

Se formos aos E.U.A., França ou Inglaterra, só para demonstrar alguns países, encontramos brigas internas, mas se for dito algo contra os seus símbolos, teremos uma reação e drástica. Acima de tudo, para eles, a nação em primeiro lugar. Só vale o nacionalismo. Aqui vale o neoliberalismo que até os liberais já estão se assustando. Para nós fazermos crer que gostar da Pátria é superado. Não é mais moderno. Nos filmes americanos, sempre que possível, eles acham uma maneira de colocar o seu símbolo, e a Bandeira Nacional.

Civismo é uma postura que exige uma consciência. Povo sem informação é um povo manipulável, devido a sua alienação.

O valor da Pátria está na dimensão que cada um coloca em seu coração.

Saúde e educação andam de mãos dadas, e a falta destes elementos acaba engrossando as estatísticas dos despossuídos. Os países crescem. As leis cada vez mais duras como se elas fossem a solução e, na dramática realidade, a trajetória do ciclo acabam provocando a degradação do indivíduo no social.

O ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho diz textualmente: "Os salários no Brasil são os mais baixos do mundo". Precisa mais comentários?

Os meios de comunicação, principalmente os "poderosos" há muito ditam o que é "melhor" para a nossa gente. Receem modas, regras sociais falsas como não ser mais crianças e etc... Na Alemanha a comunidade diz o que lhe convém. Lá, e em todos os países de primeiro mundo, o neoliberalismo respeita a lei.

Como diria J. C. de Araújo Jorge em seu poema:

"Bandeira do Brasil! Simbolizamos a terra, a terra e o mar, o sol e o céu, e história e o povo! Bandeira do Brasil - alma de todos nós!"

A história do nosso povo, é verdadeira, cheia de lutas escondidas através de fantasias como aquela se, e da Rede Globo "Anos Rebeldes", onde não foi contada a sua própria participação na Ditadura.

Passam-se os dias e somos convidados a usar viseiras para não encher o tamanho de nossas riquezas.

Não há nada de errado em valorizarmos as nossas coisas, os nossos símbolos. Ou há?

Nossos valores, nossos símbolos não precisam ficar só nas festas de Olimpíadas, Copa do Mundo ou numa solenidade como Sete de Setembro. Deve ser natural, espontâneo, constante e cheio de orgulho.

Vamos decidir o que queremos ou vamos deixar para eles?

* Professor de História da E. E. de 2º G. Padre Reus - Brasil - RS.

Reforma do ensino técnico proposto pelo MEC

* Heitor Tomé da Rosa

O projeto de Lei 1.603, encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, atra vés da Mensagem nº 173/96, aborda duas partes distintas. A primeira, abrange o Ensino Profissional como um todo, em nível de Brasil. Já, na segunda parte, normatiza a rede dos estabelecimentos federais.

- Quanto aos objetivos da educação profissional, o Projeto diz que caberá à Educação profissional formar, especializar, aperfeiçoar, atualizar e requalificar profissionais numa ação articulada com o ensino regular ou em cursos de educação continuada, tanto realizado em instituições especializadas, quanto no ambiente de trabalho do estudante-trabalhador (art. 2º e 3º).

- Outra inovação refere-se à divisão da educação profissional em três níveis: o primeiro de Nível Básico, destinado à educação não-formal, que não exige pré-requisitos ao aluno, sendo de obrigatoriedade de todos os estabelecimentos que forem apoiados pela União ou a ela pertencerem.

Os concluintes recebem, ao final do curso, um certificado de Qualificação Profissional (Art. 7º).

Desta forma, a educação não-formal recebe "status" na educação oficial, e a escola pública vê-se na obrigação de abrir suas portas a uma clientela que, normalmente, encontrava oportunidades em outras agências de ensino profissional, tais como SENAI, SENAC, etc... Acredita-se que as Escolas Técnicas poderão dar sua maior contribuição social, atendendo a um maior número de pessoas.

- O nível técnico destina-se a habilitar profissionais de nível médio (Art. 4º). Deve ser organizado de forma independente do Ensino Médio, de forma concomitante ou sequencial, com exceção dos cursos do Setor Primário, que poderão, excepcionalmente, ser integrados ao Ensino Médio. Assim sendo, as tentativas de interdisciplinaridade entre o conhecimento propedêutico e disciplinas profissionalizantes poderão ter ainda dificuldades em acontecer.

Por outro lado, é reforçada a autonomia da escola na escolha de seu currículo em 30% de disciplinas, conteúdos, habilidades e competências (Art. 11), independente de consulta aos Sistemas aos quais estão submetidas. Aparece aí um avanço. Geralmente, os Sistemas Estaduais de Educação, pela falta de recursos humanos habilitados não facilitam essa escolha, pela escola. Em que pese o desejo de uma base curricular que possa espelhar a realidade do estabelecimento de ensino.

Também consta da proposta a obrigatoriedade das escolas realizarem estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade profissional (Art. 12). Através deste perfil, será definida a carga horária, as competências básicas e as recomendações pertinentes.

Módulos: a forma de organizar o currículo poderá ser em Módulos. Estes constituirão um conjunto de disci-

plinas ou conteúdos articulados (Art. 13). Poderão ter caráter de terminalidade, para efeito de qualificação profissional, dando direito, ao aluno, de receber o Certificado de Qualificação. A conclusão do conjunto de Módulos será, no máximo, em 5 anos e dará ao estudante o direito ao Diploma Técnico, que será expedido pela Escola onde o aluno concluiu o último Módulo.

Nível Tecnológico: são os cursos superiores na área tecnológica, cujos profissionais são denominados de Tecnólogos. (É o caso de Tecnólogo em Enologia, oferecido pela Escola Agrotécnica de Bento Gonçalves, entre outros). Caberá ao MEC aprovar currículos e autorizar novos cursos.

Da Rede Federal: A partir do Art. 19, o Projeto passa a normatizar sobre a rede Federal de Educação Tecnológica. (Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, bem como das suas Unidades Descentralizadas). Destacam-se três itens relevantes para o presente texto. O primeiro refere-se ao ajuste de ofertas de vagas (Art. 21), que as escolas deverão ter como parâmetro às pesquisas de tendências do mercado de trabalho, através de estudo de demanda. Claro se faz que uma recomendação tão importante não precisaria vir em forma de lei.

O segundo aspecto, trata dos objetivos dos Centros Federais de Educação Tecnológica: formar docentes para as disciplinas especializadas do ensino técnico e tecnológico, acrescentando atribuições de falcudades de educação aos CEFTs já que aquelas instituições, embora muitas pertencentes à esfera federal, poucas vezes foram sensíveis ao Ensino Técnico, oferecendo cursos de formação de professores para esta área.

anteriores, poderá influenciar, positivamente, as Escolas Técnicas das demais redes, estadual, municipal e particular. Refere-se à expansão da rede de Ensino Técnico sob a responsabilidade da União. Esta expansão deverá somente ocorrer em forma de *parceria*, com Estados, Municípios, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos, cabendo a União os investimentos em obras e equipamentos. Se bem-definidas as competências de cada parceiro, as escolas técnicas deixarão, definitivamente, de realizar um ensino intramuros para se integrar ao setor produtivo, contextualizando o ensino, e aproveitando, de forma eficaz, recursos humanos, materiais e instalações disponíveis na comunidade.

Parece-me que ainda é necessário amplo debate antes da aprovação do referido Projeto no Congresso Nacional, para buscar maior co-responsabilidade dos professores com proposta oficial, independente da rede de escolas à qual estejam vinculados. O desenvolvimento de Módulos precisará de instalações, equipamentos e materiais mínimos e básicos específicos, bem como professor qualificado. Os cursos rápidos, obrigatórios, auxiliarão a escola a integrar-se à comunidade e ampliar suas funções sociais.

*Coordenador do Ensino Técnico da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul - Brasil.

VIOLENCIA NO CAMPO

A violência brasileira é reflexo de nossa injusta estrutura social, que é consequência da maior concentração de rendas no mundo. Tal concentração de rendas, por sua vez, decorre da mais espetacular concentração de terras da humanidade. Os latifundiários brasileiros somam apenas 1,9% dos proprietários rurais, mas são donos de 54,64% das terras agricultáveis do país. Essa situação produz miséria e violência social, que contaminam toda a sociedade.

PENSE BEM

Segundo informações da ONU, o Brasil é o país onde a miséria no campo mais tem aumentado.

Também é constatado a falta de avanço em tecnologia agrícola.

SEMINÁRIO NACIONAL

A Associação de Professores em Ciências Agrícolas (Aplica) e o Diretório Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da Universidade Rural do Rio de Janeiro promove, na última semana de julho de 97, o Segundo Seminário Nacional de Ensino Agrícola. Maiores informações na próxima edição.

Professores de agrícolas apresentam propostas para o governo

Professores e alunos de diferentes regiões do Brasil reunidos no I Encontro Sulbrasileiro e no XI Encontro Estadual do Ensino Agrícola, em Guaporé, nos dias 9, 10 e 11 de outubro, demonstraram a clara disposição de propor soluções para o governo do estado em relação aos problemas vivenciados no cotidiano do trabalho. Também foi evidente a visão política ampla, onde os professores compreendem que a falta de uma política econômica voltada para o setor primário interfere na estrutura educacional deste setor. O evento foi promovido pela Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (AGPTEA), coo-promoção da Escola Estadual Agrícola de Guaporé e apoio da Confederação Brasileira do Ensino Agrícola (CBPEA). A hospitalidade guaporense foi bastante significativa para o sucesso do evento.

Ficou muito claro nos debates que os professores devem ser respeitados nas negociações e que o governo do estado deveria abrir uma discussão mais transparente com a comunidade escolar rural no que diz respeito a proposta de reestruturação do órgão que vai coordenar futuramente o ensino e as escolas agrícolas no estado do Rio Grande do Sul. Entendem, os profissionais, que para ativar e tornar competitiva a educação rural formal é necessário o aparelhamento das escolas que estão sucateadas, além de cursos para atualização de professores, o governo deve também pagar um salário digno para os que trabalham no resgate do esquecido homem do campo.

No cenário ecológico, o centro dos debates ficou por conta da carência da biotecnologia agrícola que consequentemente irá interferir ainda mais na biosfera.

Os representantes do governo que foram convidados como painelistas pregaram um certo otimismo nas novas modificações do ensino técnico que estão para ocorrer, em 97, no entanto, não acenaram com melhoria para as questões de verbas essenciais para o funcionamento das escolas e no aumento salarial para categoria.



Ivanir Macedo Fengler, orientadora da E. Agrícola Canadá de Viamão (RS) defendeu um ensino moderno e instrumentalizado



/Encontro de ensino agrícola reuniu professores das escolas gaúchas e de outros estados. No primeiro plano, a foto registra a presença dos professores Elizardo da Costa, Elson e Renato Miguel Sinhorelli.

1) Sugestões para o governo aumentar arrecadação visando melhoria salarial do professor:

- Além do imposto já arrecadado de ICMS nos produtos de bebidas alcoólicas e cigarros, adicionar mais um percentual destinado a aplicação no salário do magistério.
- Aumentar a fiscalização e execução aos sonegadores de tributos fiscais, agilizando as cobranças de sonegadores e inadimplentes.
- Acabar com as isenções.
- Necessidade de uma reforma fiscal (reestruturação da arrecadação, fazendo com que seja mais acessível para o contribuinte, bem como para o beneficiado. Ex. Ao invés de repassar imediatamente a arrecadação para a federação e após regressar para o município; Distribuir imediatamente ao município e após repassar à federação;
- Diminuir o custo do Estado: melhorar a gestão pública, evitando desperdícios de recursos materiais e instalações aproveitando melhor os recursos humanos;
- Criar loteria raspadinha educação.

2) Sugestões para aumentar arrecadações nas Escolas Agrícolas:

- Fomentar a industrialização de produtos cultivados na Escola, para comercializar visando aumento de arrecadação;
- Autonomia administrativa, financeira para comercialização e gerar recursos;
- Autonomia das escolas para administrar os recursos da escola e o repasse vindo do Estado;
- Implantação de Cooperativas nas escolas;
- Direcionar parte do imposto arrecada

do de empresas que tenham alguma ligação com o setor agrário para a manutenção e compra de equipamentos para as escolas agrícolas;

- Requerer a aplicação da lei da cooperativa no que diz respeito ao uso de parte da sobras na educação agrícola;
- Destinar um percentual pré-determinado Verba para a educação do Estado às escolas agrícolas (aplica-las de fato);
- Partir para parceria com empresas agropecuária, ressaltando espaço pedagógico;
- A escola funcionar como Hotel Fazenda nos fins de semana e nos Feriados.

3) Reivindicações Funcionais:

- Que o Governo cumpra os acordos firmados com o magistério;
- Tornar Opcional ao professor de ensino agrícola a dedicação exclusiva de 40 horas semanais com aumento salarial de 100% e disponibilidade integral na escola;
- Melhoria de atendimento no plano de saúde do IPE;
- Que o Governo do Estado repasse imediatamente as verbas do IPE;
- Salário digno ao magistério;
- Regularização funcional;
- Cumprimento das leis determinadas no plano de carreira;
- A admissão dos concursados no ensino agrícola.

4) Reivindicações sobre o currículo nas Escolas Agrícolas:

- O currículo de cada escola agrícola deverá ser implantado de acordo com a realidade de cada entidade, pela livre escolha da comunidade escolar;
- Oferecer as disciplinas de sociologia rural, agro-industrial e princípios de biotecnologia.

5) Reivindicações para atualização do professor:

- Cursos de atualização tecnológica, com ajuda de custos por parte do Estado;
- Maior integração com entidades do meio rural EMATER, SENAR, a fim de qualificar professores e funcionários;
- Cursos específicos e modernos para diretores de escolas agrícolas, no que se refere a área administrativa e financeira.
- Curso de formação de professores em Licenciatura Agrícola;
- Cursos de especialização aos professores específicos por disciplinas de funcionamento teórico e prático, buscando intercâmbio com empresas da área, além de viabilizar financeiramente os interessados.

6) Outras Sugestões:

- Melhorar a distribuição dos funcionários;
- Nos concursos para preencher vagas dos funcionários rurais, deverão prestar provas teóricas e práticas;
- Reduzir os custos com propaganda, aplicando as sobras na educação;
- Criação de videoteca;
- Laboratórios e equipamentos
- Levar para a Assembléia Legislativa uma demonstração do trabalho realizado nas escolas agrícolas a fim de sensibilizar os deputados;
- Mostrar a importância do cooperativismo escolar na formação do estudante para as cooperativas;
- Solicitar junto ao governo do Estado cópia do projeto de superintendência para ser examinado em todas as escolas agrícolas;
- Avaliação do egresso de escolas agrícolas;
- Especialização de cursos de acordo com necessidade regional;
- Proporcionar estágios de acordo com a vocação do aluno;
- Atualização bibliográfica das escolas (biblioteca);
- Melhorar critérios de ingresso;
- Integração com empresas de pesquisas, cooperativas, empresas agropecuária;
- Atualização de bibliografia técnica;
- Altos investimentos na agricultura e pecuária, financiamentos para pesquisas;
- No critério de ingresso nas escolas de técnicas agrícola, dar prioridade aos alunos oriundos de escolas agrícolas de 1º grau.

ESTADOS PARTICIPANTES DO I - ESBEA

RIO DE JANEIRO.....	04
SANTA CATARINA.....	02
GOLÁS.....	01
RIO GRANDE DO SUL.....	92
PAINELISTA.....	19
TOTAL.....	118

PENSE BEM

As direções eleitas são obrigadas a executar ordens impostas pela SEC? A proibição do gozo de licença prêmio, negação da aposentadoria especial para professores que exercem a função de diretor ou funções administrativas é correto?

ACABOU A PAZ NA EDUCAÇÃO

No RS, ao longo dos últimos anos, os governos que se sucederam no poder tiveram em comum a capacidade de combinar o ataque à escola pública com a desvalorização profissional.

Hoje, o salário básico do professor 20 horas é de R\$ 111,17 + abono de R\$ 44,54 - o salário do funcionário de escola agrícola é de R\$ 121,46 + abono de R\$ 40,19 por 40 horas semanais trabalhando de sol-a-sol nas lavouras.